LEGISLAÇÃO PERTINENTE, PENALIDADES E DESAFIOS À PERÍCIA

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

dos Físicos aos Digitais

Eberson Bento da Silva
Organizador

Autores

Delmara Cristina Costantin de Sá
Eberson Bento da Silva
Hamilton Monteiro Junior
Luiz Gustavo Faria Briote
Renato Guedes dos Santos
Silvia Amélia Martins Barbosa

leud

LEGISLAÇÃO PERTINENTE, PENALIDADES E DESAFIOS À PERÍCIA

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS dos Físicos aos Digitais

Eberson Bento da Silva
Organizador

Autores

Delmara Cristina Costantin de Sá
Eberson Bento da Silva
Hamilton Monteiro Junior
Luiz Gustavo Faria Briote
Renato Guedes dos Santos
Silvia Amélia Martins Barbosa

São Paulo – SP
2025

Sumário

PREFÁCIO **7**

Carla Dolezel Trindade

INTRODUÇÃO À LEITURA **9**

Eberson Bento da Silva

SEÇÃO I

ASPECTOS GERAIS

CONCEITOS DE DOCUMENTO **12**

Sílvia Amélia Martins Barbosa

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS: UM PROBLEMA ANTIGO **21**

Delmara Cristina Costantin de Sá

SEÇÃO II

ASPECTOS JURÍDICOS

FALSIFICAÇÕES DOCUMENTAIS E O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO **28**

Sílvia Amélia Martins Barbosa

SEÇÃO III

ASPECTOS TÉCNICOS GERAIS

DETECÇÃO E PREVENÇÃO DE FALSIFICAÇÕES DOCUMENTAIS ***38***

Eberson Bento da Silva

DOCUMENTOSCOPIA ***42***

Eberson Bento da Silva

DOS DOCUMENTOS FÍSICOS ***46***

Eberson Bento da Silva

PRODUÇÃO DE LAUDO E PARECER TÉCNICO EM DOCUMENTOSCOPIA FORENSE ***83***

Luiz Gustavo Faria Briote

DOCUMENTOS DE SEGURANÇA ***103***

Hamilton Monteiro Junior

SEÇÃO IV

ASPECTOS TÉCNICOS DIGITAIS

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NA ERA DIGITAL ***176***

Delmara Cristina Costantin de Sá

DOCUMENTOS DIGITAIS E ASSINATURAS ELETRÔNICAS ***180***

Renato Guedes dos Santos

CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS AUTORES AOS LEITORES ***206***

OS AUTORES ***207***

PREFÁCIO

Foi com grande satisfação que recebi o honroso convite para prefaciar o livro **Falsificação de Documentos: dos Físicos aos Digitais – Legislação Pertinente, Penalidades e Desafios**, elaborado por notáveis professores doutores e mestres na área da perícia documental.

Sobre a temática abordada nesta obra, cabe destacar que a expansão do uso de recursos tecnológicos, bem como a incorporação destes recursos em diversas áreas da nossa vida cotidiana, inevitavelmente, acabou por intervir no Direito. Assim, atualmente, não podemos pensar na prestação jurisdicional sem a utilização da internet, de documentos eletrônicos e demais ferramentas digitais. Diante disso, cada vez mais se mostra fundamental a formação de peritos judiciais capazes de identificar falsificações digitais.

Sabemos a relevância da pesquisa jurídica qualificada para que o nosso país seja capaz de pensar o Direito e, assim, formular soluções que nos permitam caminhar rumo ao desenvolvimento e superação de práticas antigas, como a falsificação documental que, hoje, é ainda mais danosa para a sociedade em função das ferramentas digitais.

A presente obra possui trabalhos científicos extremamente bem elaborados, que problematizam a temática sob uma perspectiva interdisciplinar que levará os leitores a encontrar artigos que dialogam com a História do Direito, com o Direito Administrativo e com o Direito Penal, dentre outros ramos do campo jurídico.

Portanto, a densidade teórica desta coletânea a conduz para o acervo da literatura na área pericial mais qualificada da atualidade. É possível assegurar que a presente obra representa uma valiosa contribuição como fonte de consulta não só para peritos, mas para juristas, advogados e a sociedade em geral.

Desafiadora foi a missão de prefaciar a presente obra, que o faço com muito orgulho, pois trata-se de uma obra cuja relevância e referência jurídica estão evidenciadas ao longo dos capítulos que a integram.

O fio condutor que une o presente conjunto de autores e autoras é certamente a competência, a experiência e o entusiasmo que esses profissionais possuem para garantir que os documentos e assinaturas digitais possam ser dotados de absoluta segurança e assim gerar uma melhor prestação jurisdicional e, por que não dizer, uma sociedade mais justa e ética.

Boa leitura!

CARLA DOLEZEL TRINDADE

Reitora da FIURJ – Faculdade Instituto Rio de Janeiro. Graduada em Direito (Universidade Gama Filho – Brasil), Doutora em Direito (Universidad Nacional de Lomas de Zamora – Argentina) e Pós-Doutorada pela Universitá deli Studi di Messina (Itália) e pela Universidade de Salamanca (Espanha).

INTRODUÇÃO À LEITURA

A idealização e organização deste livro surgiu após a constatação de que as falsificações documentais no Brasil, hoje, são abundantes. Pode-se dizer que se trata de um grande problema social, de um processo que ocorre desde a antiguidade e perdura até os dias atuais, assim sendo considerada uma arte antiga a serviço da enganação e da ilegalidade, que ainda se mantém.

A falsificação é caracterizada pelo dolo, com intencionalidade evidente na prática do delito, afetando a confiabilidade dos contratos que regem os negócios públicos e privados. Essa prática chega a ser considerada uma ameaça à Segurança Nacional por sua capacidade de causar danos econômicos e sociais aos bens e interesses nacionais, inclusive à própria coesão social.

Apesar das leis rigorosas e dos meios de identificação com sólidas bases científicas, os altos índices de falsificações documentais no Brasil levam a sociedade a questionar qual é a situação desse problema e o que está sendo feito em termos de prevenção e combate. Sua complexidade exige investigações e análises meticulosas de peritos munidos de conhecimentos técnicos e científicos para a identificação da autenticidade desses documentos, sejam físicos ou digitais, bem como para a aplicação das leis que tipificam e penalizam esse delito.

Nesse livro são apresentados dados coletados em pesquisas e publicações de autoridades no tema, tanto em nível nacional como internacional. Assim, o que se busca são respostas aos questionamentos da sociedade, apresentando uma visão panorâmica da falsificação documental no Brasil e no mundo, investigando as formas de falsificação documental em atividade no Brasil e as perspectivas efetivas de prevenção e combate a esse delito.

De forma didática, as quatro seções do livro apresentam diversos aspectos associados a esse crime. A *Seção I* apresenta *Aspectos Gerais*, entre os quais a evolução histórica do conceito de documento e suas implicações

legais, bem como os requisitos para a validade e autenticidade documental. A *Seção II* abordará os *Aspectos Jurídicos*, notadamente os artigos do Código Penal, que tipificam e penalizam os crimes de falsificação ou os associados a ele. Por sua vez, a *Seção III* apresentará *Aspectos Técnicos Gerais,* com ênfase meticulosa nas diversas medidas preventivas de detecção e combate ao crime de falsificação documental em sua forma física e digital, abordando as contribuições da Documentoscopia e da Grafoscopia. E, por fim, a *Seção IV* trará os *Aspectos Técnicos Digitais*, detalhando os recursos tecnológicos aplicáveis às falsificações de documentos digitais.

Diante disso, acreditamos na contribuição do livro para a presente temática e desejamos a todos uma boa leitura.

EBERSON BENTO DA SILVA

Mestre em Tecnologias Emergentes na Educação (Must University – Flórida – USA). Pós-graduado em Perícia Grafotécnica e de Documentos (FIURJ).

CAPÍTULO 1

CONCEITOS DE DOCUMENTO

SÍLVIA AMÉLIA MARTINS BARBOSA

INTRODUÇÃO

A partir do momento que a espécie humana se organizou em sociedade, logo surgiram regras de convivência e as devidas punições para aqueles que quebravam essas regras. Cada grupo étnico, em seu tempo, conforme suas crenças e culturas, desenvolveu meios de punir, prevenir ou conter infrações e infratores que ameaçassem o equilíbrio da coletividade. A noção de castigo como consequência de algum crime cometido se tornou parte do inconsciente coletivo.

Entre essas muitas infrações passíveis de punição, cita-se aqui a falsificação ou contrafação de produtos e objetos em geral, com destaque para a falsificação de documentos, uma arte antiga a serviço da enganação proposital e da ilegalidade, caracterizada pelo dolo, pois há intencionalidade consciente na prática do delito.

A falsificação de documentos é considerada como crime de elevada complexidade, exigindo investigações e considerações de ordem jurídica, bem como as análises meticulosas de peritos, devido aos seus conhecimentos técnicos e científicos para a identificação da autenticidade desses documentos.

CAPÍTULO 2

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS: UM PROBLEMA ANTIGO

DELMARA CRISTINA COSTANTIN DE SÁ

INTRODUÇÃO

A falsificação de documentos é um processo que ocorre desde a antiguidade e perdura até os dias atuais. Na perspectiva ocidental, a antiguidade dessa prática ilegal remonta ao tempo quando se fez necessária a lei mais antiga para a proteção ao objeto jurídico do documento, que a pesquisa de Paciello (2016) registra como sendo 78 a.C. Trata-se da lei conhecida como *Lex Cornelia Testamentaria Nummaria*, que foi chamada mais tarde de *Lex Cornelia de Falsis.* Essa lei previa a punição para a falsificação de documento particular, para a falsidade monetária e para a falsidade dos testamentos. Sobre essa lei, Prado (2008) observa que nela não havia distinção entre falsidade pública e falsidade documental, não distinguindo, portanto, os tipos de falsificação.

CAPÍTULO 1

FALSIFICAÇÕES DOCUMENTAIS E O CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

SÍLVIA AMÉLIA MARTINS BARBOSA

INTRODUÇÃO

As falsificações documentais no Brasil são abundantes, pode-se dizer que se trata de um grande problema social. Nesse sentido, cabe a afirmação de Guerreiro (2014, p. 15) de que "o crime de Falsificação ou Contrafação de Documento está enquadrado nos crimes contra a vida em sociedade" afetando a confiabilidade dos contratos, que regem os negócios públicos e privados.

Sobre o impacto econômico das falsificações documentais, Mestriner *et al.* (2021) alertam que, nesse início de século XXI, a falsificação documental já se estende para o sistema jurídico e econômico, com implicações e graves consequências individuais e sociais, tanto na esfera pública como na esfera privada. Em alguns casos, os prejuízos advindos das falsificações são irreversíveis.

A criação, alteração e falsificação de documentos públicos ou particulares é uma realidade no sistema jurídico brasileiro, cuja tipificação está prevista no Código Penal e, que trará no artigo 297, sobre a falsificação de

CAPÍTULO I

DETECÇÃO E PREVENÇÃO DE FALSIFICAÇÕES DOCUMENTAIS

EBERSON BENTO DA SILVA

INTRODUÇÃO

Os índices alarmantes de falsificações documentais no Brasil exigem combate efetivo, que contemple todas as formas e maneiras pelas quais o delito é praticado. Essas formas e maneiras são expressas em termos de medidas preventivas e recursos periciais.

A era digital está mudando o estilo de vida, os comportamentos e os relacionamentos sociais e familiares, gerando consequências no campo jurídico, onde são feitos e validados os contratos que tornam coesos os relacionamentos individuais e institucionais, sejam tais contratos públicos ou privados. As práticas delituosas previstas no Código Penal e as penas cabíveis são aplicáveis a documentos produzidos em forma física ou em versão digital, pois o delito é o mesmo. Contudo, mais importante do que punir infratores, falsificadores e usuários de falsificações, é também necessário que haja meios efetivos de detectar e até mesmo prevenir a prática desse delito.

CAPÍTULO 2

DOCUMENTOSCOPIA

EBERSON BENTO DA SILVA

INTRODUÇÃO

Para a aplicação de melhores recursos preventivos, os peritos em análise de documentos utilizam a Documentoscopia, ciência forense associada à Criminalística, que se dedica à análise de documentos que foram considerados falsos a fim de determinar sua autoria, focando na elucidação da verdade e desvendamento de fraudes praticadas em documentos públicos e privados. Esses recursos são bem mais sofisticados. Eles exigem competências técnicas específicas.

Observa-se que a Documentoscopia se distingue de outras disciplinas que também se preocupam com os documentos por ter ela um cunho nitidamente policial. Diferente de outros métodos investigativos, ela não se satisfaz apenas com a prova de ilegitimidade do documento. A Documentoscopia vai além, procurando determinar quem foi o seu autor e os meios empregados na produção da falsificação ou alteração do documento sob suspeita.

1. DOCUMENTOSCOPIA

A Documentoscopia divide-se em três áreas principais, que tratam de análises específicas: Grafoscopia, Mecanografia e Alterações Documentais.

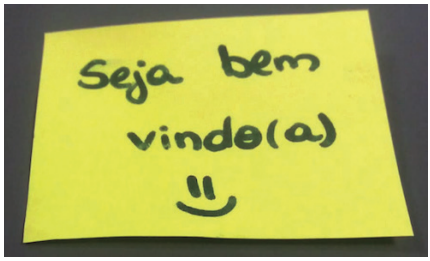
CAPÍTULO 3

DOS DOCUMENTOS FÍSICOS

EBERSON BENTO DA SILVA

1. O QUE É UM DOCUMENTO FÍSICO?

Documento físico é todo e qualquer suporte que ostenta um registro gráfico de uma ideia ou pensamento. Esta definição inclui, entre outras, a análise de escritas e assinaturas, de impressões gráficas de todos os tipos, de papéis e outros suportes, de marcas, de mídias em geral. Mídias e seus conteúdos, quando se tratar de informações, são normalmente consideradas como documentos pelo tribunais – fotografias, imagens, áudios, e vídeos etc.



2. DOCUMENTO DE SEGURANÇA

Documento de Segurança é todo e qualquer documento que guarda vínculo com valor ou identidade. Por causa desse vínculo com valor ou

CAPÍTULO 4

PRODUÇÃO DE LAUDO E PARECER TÉCNICO EM DOCUMENTOSCOPIA FORENSE

LUIZ GUSTAVO FARIA BRIOTE

INTRODUÇÃO

A realização completa de um ciclo pericial envolve, minimamente, quatro processos distintos, sendo estes: a) a qualificação do perito que o habilite a ser nomeado/designado para um determinado exame; b) a análise prévia dos objetivos de uma demanda forense que autorize o aceite do *expert* ou o declínio, nos casos de impedimento; c) a realização do exame propriamente dito; d) a produção e formalização do laudo/parecer técnico. Assim vale ressaltar que, são etapas distintas e hierárquicas, mas todas com elevado grau de importância.

Fazer um exame de qualidade é tão importante quanto bem formalizá-lo na peça técnica, que será o instrumento de comunicação oficial (pelo menos na fase inicial) entre o perito e o cliente do laudo/parecer técnico. Havendo dúvidas ou questionamentos técnicos, os operadores do direito poderão requerer a formulação de quesitos complementares e/ou convocar o *expert* em Juízo visando esclarecer pontos de conflito.

Os exames de verificação da autenticidade ou legitimidade de um documento são realizados, em condições ideais, através da comparação entre

CAPÍTULO 5

DOCUMENTOS DE SEGURANÇA

HAMILTON MONTEIRO JUNIOR

INTRODUÇÃO

Alguns documentos possuem grande valor intrínseco e são mais frequentemente alvos de ações fraudulentas. Por esta razão, seus emissores devem se preocupar em garantir sua segurança contra falsificação e alterações. Quanto mais alto o valor intrínseco de um documento, mais os falsários estão dispostos a investir em sua falsificação.

CAPÍTULO 1

FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NA ERA DIGITAL

DELMARA CRISTINA COSTANTIN DE SÁ

INTRODUÇÃO

Há consenso entre os especialistas da Documentoscopia de que os documentos digitais também são passíveis de falsificação. No aprofundamento dessa possibilidade, há discussões sobre a diferença entre documentos digitalizados e documentos digitais. Nessa conceituação, documentos digitalizados são aqueles produzidos originalmente de forma física e que depois foram escaneados, enquanto documentos digitais são aqueles cuja origem se deu já de forma digital.

Nesse sentido, entende-se que o documento físico é a origem de tudo, que o documento digitalizado é a ponte entre o físico e o digital e que o documento nato digital é aquele que foi criado, gerado e armazenado em meio eletrônico desde o seu início. Como exemplos podemos citar: e-mails, contratos eletrônicos assinados digitalmente ou relatórios gerados por um software. Nesse caso, sua autenticidade e integridade são garantidas por mecanismos digitais, como assinaturas digitais e certificados.

CAPÍTULO 2

DOCUMENTOS DIGITAIS E ASSINATURAS ELETRÔNICAS

RENATO GUEDES DOS SANTOS

INTRODUÇÃO

A perícia em documentos digitais é uma área relativamente recente que emergiu por conta do crescimento elevado dos documentos produzidos em meios eletrônicos nas últimas décadas. Ela conjuga recursos de informática com questões próprias das perícias em documentos, requerendo habilidades multidisciplinares para condução de exames que irão apreciar autoria e integridade de arquivos de computador sob a óptica das assinaturas eletrônicas e legislação específica, onde tanto o perito de informática quanto o perito de documentos são bem-vindos.

Nesse sentido, este capítulo abordará os documentos digitais e as assinaturas eletrônicas mais recorrentes nas demandas judiciais no Brasil no contexto das perícias documentais, fazendo um recorte especial das assinaturas não tradicionais usadas nos contratos de empréstimos bancários consignados.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, o documento é uma "unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato", onde a informação representa o conteúdo do

CONSIDERAÇÕES FINAIS DOS AUTORES AOS LEITORES

Para fins de conclusão do presente livro, ressalta-se que os dados apresentados neste, bem como os comentários dos autores citados a respeito dos assuntos discutidos ao longo da pesquisa, buscam responder ao questionamento proposto referente à falsificação de documentos no Brasil e às perspectivas de combate ao delito, especialmente, por meio da observância das medidas preventivas a nível individual ou institucional em situações presenciais e nas situações virtuais. Destaca-se a relevância da Documentoscopia nesse combate.

Observou-se que a evolução histórica do conceito de documento foi seguida de formas diversas de validação e autenticação com preocupação constante quanto às possibilidades de falsificações. Também se observou que o Código Penal provê critérios precisos de tipificação dos crimes de falsificação ou associados a esse delito, determinando suas penalidades.

Ficou evidente a relevância dos meios científicos de identificação do crime de falsificação, principalmente, por meio da Documentoscopia aplicada por peritos judiciais qualificados e competentes nessa ciência. Evidenciou-se que a análise documentoscópica fornece o suporte necessário para compreender quem, como e por qual motivo um documento foi modificado, razão pela qual seja qual for o suporte de um documento, quer físico quer digital, fazem-se necessários em sua estrutura os elementos eficazes para comprovação de seu valor probatório.

No que se refere às falsificações por meios digitais, foi possível perceber que muitos são os desafios concernentes à verificação da autenticidade dos documentos natos digitais. O uso de assinaturas eletrônicas mostra-se ainda como o método mais preciso e eficaz para assegurar a veracidade das informações. Os autores dos textos que compõem este livro recomendam que outros autores, acadêmicos ou profissionais aprofundem pesquisas sobre essas especificidades à medida que surjam novas abordagens no cenário jurídico e nas técnicas periciais.

OS AUTORES

DELMARA CRISTINA COSTANTIN DE SÁ

Perita Grafotécnica e Documental Forense formada pela COLPOL (Coligação dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro); Policial Civil desde 2009; Bacharel em Direito pela UNESA (Universidade Estácio de Sá); Pós-graduada em Perícia Grafotécnica e de Documentos para Peritos Judiciais pela FIURJ (Faculdade Instituto Rio de Janeiro), com titulação internacional pela Must University – Florida/USA.

EBERSON BENTO DA SILVA

Perito Grafotécnico e Documental Forense, Professor universitário, Pós-graduado em Perícia Grafotécnica e de documentos para peritos judiciais pela FIURJ – Faculdade do Instituto Rio de Janeiro com titulação internacional pela Must University – Florida/USA, Pós-graduado em Segurança nas Organizações, Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University, formado pelo Escritório de Antiterrorismo do EUA em fraudulent recognition documentos, formado em reconhecimentos de fraudes em documentos pela INTERPOL, autor dos livros Como Evitar Fraudes nas Vendas do Varejo e Grafoscopia para Prevenção a Fraudes, coordenador de cursos de perícias da COLPOL – Coligação dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro e da CONPERF – Coligação Nacional de Peritos Forenses e sócio da empresa Serviços de Perícias Forenses.

HAMILTON MONTEIRO JUNIOR

Bacharel em Administração de Empresas e Pós-Graduado em Perícia Criminal e Ciências Forenses, Perito da Casa da Moeda do Brasil onde ministra cursos a peritos de órgãos governamentais, professor universitário e professor de perícia forense em documentos pela COLPOL – Coligação do Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro.

LUIZ GUSTAVO FARIA BRIOTE

Graduado em Farmácia Industrial e Pós-Graduado em "Perícia Judicial e Ciências Digitais Forenses". Perito Criminal aposentado do Instituto de Criminalística Carlos Éboli da Polícia Técnico-Científica do Rio de Janeiro. Atua como professor em Universidades Forenses e em cursos de formação de peritos judiciais.

RENATO GUEDES DOS SANTOS

Bacharel em Ciência da Computação, Mestre e doutor em Psicologia Cognitiva com especializações em Documentoscopia, Computação Forense/Perícia Digital e Educação Especial Inclusiva. Presidente da Comissão de Perícias Forenses da Academia Brasileira de Ciências Criminais (ABCCRIM), Consultor da Comissão Especial de Perícias da OAB-RJ e pesquisador no Núcleo de Pesquisa em Epistemologia Experimental e Cultural da UFPE. Perito, consultor e professor, diretor da empresa Renato Guedes Perícias.

SILVIA AMÉLIA MARTINS BARBOSA

Licenciada em Letras pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, Pós-graduada em Perícia Grafotécnica e de Documentos para Peritos Judiciais pela FIURJ (Faculdade Instituto Rio de Janeiro), com titulação internacional pela Must University – Florida/USA.

Os altos índices de falsificações documentais no Brasil, apesar das leis rigorosas e dos meios de identificação com sólidas bases científicas, levam a sociedade a questionar qual é a situação desse problema e o que está sendo feito em termos de prevenção e combate. A presente obra apresenta uma visão panorâmica da falsificação documental no Brasil. O objetivo geral foi investigar as formas de falsificação em atividade no Brasil e as perspectivas efetivas de prevenção e combate a esse delito. Os objetivos específicos foram: conceituar o que é documento na história e no campo jurídico; descrever as tipificações do crime de falsificação no Código Penal e as penalidades previstas; apresentar as medidas preventivas e de combate ao crime de falsificação em sua forma física e virtual, com ênfase na Documentoscopia. A pesquisa discute esses tópicos tendo como base consultas a obras publicadas on-line e off-line, documentos pertinentes emitidos por instituições públicas, bem como materiais acadêmicos publicados e legitimados pelas citações de suas fontes e autores reputados como autoridades em suas áreas. As considerações finais concluem que os dispositivos jurídicos atuais não resolvem por completo os problemas das falsificações, ainda mais considerando-se a migração do documento para versões digitais. Mas, os recursos jurídicos e científicos atuais são pontos de partida para que novas leis sejam propostas, discutidas e promulgadas, conforme as necessidades de cada situação, exigindo um trabalho mais aprofundado de combate à falsificação de documentos, conscientização do cidadão, o aparelhamento adequado das polícias e da perícia criminal dos Estados da federação, visando fazer frente a essa prática criminosa que cresce a cada dia.

Esperamos, com a publicação deste livro, prestar nossa contribuição para orientar a sociedade, bem como os profissionais de instituições financeiras, e do varejo, que labutam no dia a dia recebendo e pagando valores, contribuindo, também, com o trabalho de quem atua na prevenção a fraudes e dos peritos em documentos.

Eberson Bento da Silva

www.editoraleud.com.br

Livraria e Editora
Universitária de Direito

ISBN: 978-85-7456-471-5